

Roteiro do podcast Censos do Brasil – Episódio 3 – Censo de 1920 – O Censo do Centenário da Independência – Divulgado em 27 de fevereiro de 2023

[Música instrumental da época]

Olá! Eu sou Fabio Carvalho e esse é o Censos do Brasil. Nesse episódio vamos falar sobre o quarto censo realizado no país e o último realizado antes da criação do IBGE. Será que esse censo redimiu os anteriores e finalmente iniciou uma sequência de bons censos em períodos decenais?

Bem, é isso que vamos falar disso depois da vinheta. Fica comigo.

[Música da época: “Pra ter valor a sua jura... Jura, jura, jura, de coração”]

VINHETA [trechos de músicas de propagandas dos Censos compiladas: “O Brasil precisa saber para ter consciência de sua grandeza”; ”Plim, plim, toco a campainha e ouço uma voz perguntando”; “quem é? É o agente do Serviço Nacional de Recenseamento”; “o Censo está aí: você responde e o Brasil corresponde”; “quantos somos? Sim, quantos somos no Brasil?”; “para o bem do Brasil, para o seu próprio bem, receba-o cordialmente”; “bom dia minha senhora”; “vamos juntos descobrir que país é este”]

[Música instrumental da época]

Se você está acompanhando atentamente os nossos episódios, já deve ter notado que o início da nossa história não foi fácil. Estávamos engatinhando, aprendendo com cada experiência. Até começamos bem. O Censo de 1872 fez um bom papel, ainda mais para uma primeira vez. Mas desde essa época até 1920, o caminho foi difícil. Incluindo dois Censos pouco confiáveis e um Censo cancelado, em 1910. Esse último teria sido o primeiro a levantar informações sobre agricultura e indústria. Mas por conta dos adiamentos causados por falta de dinheiro, não foi dessa vez que aconteceu. Então em 1920, no ano do Centenário da nossa Independência, simplesmente não sabíamos quantos éramos e nem tínhamos números confiáveis para o Governo trabalhar. Por isso o Censo foi tão importante e,

dessa vez, não decepcionou, como nos diz o pesquisador do IBGE e autor do livro História das Estatísticas Brasileiras, Nelson Senra:

[Depoimento de NELSON SENRA]

“O censo de 1920, ele é feito, ele é grandiosíssimo, importantíssimo. Em 1910 não houve o censo, apesar dele estar todo planejado. Gastaram uma enormidade de dinheiro na contratação de pessoal, mas não houve o censo. Em 1930, não haverá pela razão da Revolução. Não havia ambiente, óbvio, para fazer censo. Então, o único censo da Primeira República que é digno de crédito, é digno de menção mesmo é o censo de 1920, feito por doutor Bulhões Carvalho. Um médico, o médico que de fato colocou ordem na estatística brasileira.”

Então motivos não faltavam para a realização do Censo em 1920. Luiz Antônio Oliveira, pesquisador do IBGE e ex-coordenador de População e Indicadores Sociais vai nos dar mais detalhes sobre isso:

[Depoimento de LUIZ ANTÔNIO OLIVEIRA]

“Provavelmente esse é um censo super enumerado. Olha que coisa, não é? Quando você compara com os censos passados, dá uma taxa de crescimento muito alta. Foi feito também nas mesmas condições, com departamento de estatística na capital federal e tal, e os Estados fazendo. Os Estados, já tinham uma estrutura de trabalho para poder fazer essas coisas. Muitos deles já tinham uma certa estrutura para fazer trabalho de campo. Havia naquela época muito interesse dos Estados em fazer esse censo. O censo ia ser importante para uma questão de distribuição de verbas públicas da União para os Estados. Esse talvez seja o motivo porque tenha talvez havido uma super enumeração em um ou outro lugar. Isso, então, motivava muito os Estados a realizar o censo, quer dizer, já se tinha uma defasagem e isso também foi determinado pelo fato de também já ter 20 anos sem nenhuma enumeração da população Brasileira. Havia uma pressão também muito grande em relação a isso. Eu acho que esses dois fatores foram muito importantes para a realização do censo e os Estados se mobilizaram à sua maneira, não é?”

Apesar disso, por incrível que pareça, o Governo não parecia muito empenhado em realizar o Censo. Alguns tímidos trabalhos preliminares até estavam sendo feitos, mas tudo levava a crer que não ia sair disso.

Mas, se o governo não estava muito animado com a ideia, a imprensa estava. E isso fez toda diferença! A partir de junho de 1919 editoriais começaram a ser publicados, cobrando ação do Governo. O entendimento era que pouco havia sido feito até aquele momento. As matérias também abordavam a importância social e econômica do Censo, e alertavam para a necessidade de investimento em propaganda. O jornal “O Paiz”, que na época se escrevia com z no final, um dos mais empenhados no clamor pelo Censo, publicou em 03 de agosto de 1919 a seguinte crítica:

“Os cálculos da nossa população são feitos por palpites, variando as opiniões em milhões de habitantes do país. Mesmo em relação à capital da República, não há mais do que suposições, destituídas de bases sólidas de cálculo.”

Os números eram frágeis e as dúvidas eram muitas. E você sabe, esses momentos de incertezas são perfeitos para o surgimento de suposições e palpites, exatamente como foi descrito pelo “O Paiz”. E foi assim que um simples artigo do jornal “À Noite” iniciou uma grande polêmica sobre a população do Rio de Janeiro, então Capital Federal. Tudo começou quando um escritor anônimo publicou um artigo afirmando que os números oficiais estavam errados e que a população do Rio de Janeiro já tinha ultrapassado a marca de um milhão de habitantes. O argumento não era lá muito científico. O autor se baseava na sua observação sobre as mudanças na cidade, como construção de prédios, abertura de ruas e bairro novos, além do aumento do movimento de pessoas circulando nas tardes de sábado. Eu fiquei até curioso para saber que lugar tão movimentado era esse!

O responsável pelas estatísticas oficiais, Sampaio Vianna, poderia ter simplesmente ignorado o artigo, mas aproveitou a oportunidade para explicar os métodos científicos utilizados e informar que os prédios novos foram construídos no lugar de prédios antigos. E, por isso, a contagem do jornal estava duplicada.

Se Sampaio Vianna acreditou que sua resposta daria fim à polêmica, se enganou. Na verdade, movimentou ainda mais os opositores.

O já citado jornal “O Paiz” decidiu se juntar à polêmica, e ao lado do seu concorrente “À Noite”, arrastaram para a confusão nada menos que Bulhões Carvalho, diretor da Diretoria Geral de Estatística e responsável pelo censo que estava por vir. Os jornais citaram supostos cálculos feitos por ele, que comprovariam que a tão sonhada marca de um milhão de habitantes já havia sido ultrapassada.

Bulhões Carvalho teve que esclarecer que jamais fez os cálculos atribuídos a ele, embora acreditasse, assim como Sampaio Viana, na possibilidade da marca ter sido atingida, mas que a confirmação só se daria com o Censo. A resposta acalmou os ânimos, com essa espécie de consenso, à espera de dados definitivos. Algum tempo depois, com a divulgação dos resultados do recenseamento souberam que o Rio de Janeiro já contava com mais de um milhão de habitantes desde 1915!

A conclusão que nós podemos chegar com essa exagerada polêmica é que não dava mais para esperar. O Governo precisava demonstrar seu comprometimento com a realização do recenseamento, e o melhor jeito de fazer isso era formalizando sua intenção. E isso foi feito. Em janeiro de 1920 estava assinada a lei do Censo, para alívio de todos.

TRECHO DE PROPAGANDA ANTIGA DOS CENSOS: “Atenda o recenseador prezado ouvinte, prezada ouvinte, e em poucos momentos tudo estará pronto!”

O foco da imprensa então mudou. Se antes pedia a realização do Censo, agora lutava pela sua qualidade e pela moderação nos gastos, além de alertar para a necessidade de uma ampla divulgação. O medo era a resistência que parte da população demonstrou em censos anteriores, quando acreditaram que a pesquisa serviria para aumento de impostos, recrutamento militar ou obrigações sanitárias.

Então a mobilização teve que ser caprichada. A divulgação teve apoio de diversos setores da sociedade, como a igreja e as forças armadas, além da imprensa, que, mesmo sem redes sociais, serviram como uma espécie de influenciadores da época. Mas a propaganda não se limitou a isso. Foram utilizadas publicações em vários periódicos, folhetos com chamados patrióticos, cartazes, anúncios luminosos, cartões postais e conferências, que ajudavam a explicar as vantagens da pesquisa. Pela primeira vez foi utilizado o recurso cinematográfico na

propaganda do censo, com a utilização de alguns filmetes. Com a aproximação do início da operação, aos pouquinhos, a população foi ficando animada. Nenhum outro Censo antes desse contou com tanto patriotismo e unanimidade.

Foi então, com muita expectativa, que se iniciou, em primeiro de setembro, o quarto Recenseamento Geral do Brasil e o primeiro a coletar dados das atividades econômicas, com a realização dos censos agrícola e industrial. Para esse trabalho foram selecionados mais de 18 mil recenseadores em todo o país. Dez vezes menos do que em 2022. O formulário que distribuíram era chamado de lista de família, mas eram diferentes entre si a depender do tipo de domicílio: se era particular ou coletivo. O agente também carregava a caderneta demográfica, na qual registrou as informações sobre as edificações. Uma grande dificuldade nessa época para o recenseador, especialmente aqueles encarregados por áreas rurais, era enfrentar ambiente hostis e pessoas perigosas ao longo do caminho. Era uma verdadeira aventura.

O formulário utilizado era bem mais enxuto comparado com o que você viu no censo 2022. Os questionamentos eram sobre o nome, idade, sexo, estado civil, nacionalidade, profissão, instrução, deficiências físicas e relações de dependência entre membros da família. Questões polêmicas ficaram de fora. O Censo de 1920 não pesquisou cor e nem religião. A justificativa para a não inclusão do quesito religião era de que havia outra pesquisa para coletar a informação e que o Censo deveria ser mais resumido. Já para a ausência do quesito cor, a explicação era falta de confiança na qualidade das respostas. Em um país muito miscigenado e com problemas sociais ligados ao fator racial, era compreensível para eles que parte dos brasileiros optasse por ocultar sua origem étnica ou até mesmo não se identificasse com a cor que recenseador acreditava ser a real.

TRECHO DE PROPAGANDA ANTIGA DOS CENSOS: “Quantos somos? Sim, quantos somos no Brasil? Quantos sabem ler? Quantos analfabetos? E a nossa indústria? E a nossa lavoura? Quantos?”

[Música instrumental da época]

O recenseamento de 1920, ou se você preferir, o Censo do Centenário da Independência, apresentou uma importante novidade para a fase de apuração: pela

primeira vez a apuração de dados seria realizada por máquinas, compradas dos americanos. Nunca mais os dados foram apurados de forma manual, como nos censos anteriores. A utilização das máquinas reduziu os prazos e aumentou a precisão e as possibilidades de cruzamento de dados. Isso permitiu ampliar os questionários, já que a capacidade de apuração aumentou também.

Esse foi o primeiro grande avanço tecnológico dos censos, o início de um longo processo que culminaria no que temos hoje, um censo 100 por cento digital. Mas isso ainda ia demorar. Ao longo dos episódios vou te atualizar a cada avanço. Mas sobre as máquinas que eu citei neste episódio, fica até difícil imaginar como funcionavam né? Para te ajudar eu vou te explicar como eram.

Era assim: na primeira etapa eram registradas as informações dos boletins em cartões, através de furos feitos pela máquina perfuradora. Esse equipamento parecia com uma máquina de escrever.

Bem, se você é mais jovem que eu e não sabe como é uma máquina de escrever, vou te dar um tempo para procurar no Google... [barulho digitação] Achou né?

Bem, depois da perfuração os cartões passavam por uma máquina que conferia os furos da etapa anterior. Essas duas etapas eram feitas pela equipe de apuração, quase toda formada por mulheres. Na próxima etapa, os cartões iam para a máquina que fazia a classificação das informações, de acordo com o que se desejava estudar. Eram classificados 150 cartões por minuto em média. E para finalizar o processo, os dados dos cartões eram somados na máquina tabuladora, que contava até 100 cartões por minuto. Sim, isso já foi muito moderno! Eu vou deixar na descrição do episódio um link para uma foto de um cartão perfurado, caso você tenha curiosidade de ver.

TRECHO DE PROPAGANDA ANTIGA DOS CENSOS: “O Brasil precisa saber para ter consciência de sua grandeza!”

Ao fim da apuração, chegaram os resultados. O censo mostrou que em 1920 nossa população era de 30.665.305 pessoas, um aumento de 76% desde o levantamento anterior em 1900. A esperança de vida foi calculada em apenas 34 anos! Para você ter uma ideia de quanto era baixa, saiba que hoje é quase 76 anos.

Naquela época eram 1.304 municípios, mas só 12 tinham mais de cem mil habitantes. A taxa de ocupação era baixa, com 3,6 pessoas por quilômetro quadrado. Os números sobre educação não foram bons. Quase 70% da população era analfabeta. E isso não era à toa, já que apenas 22% da população em idade escolar tinha acesso às vagas escolares. Isso se explica pelo baixo investimento. Os municípios investiam, em média 10% e os Estados 13% dos seus orçamentos.

A publicação dos resultados concluiu os trabalhos do Censo do Centenário da Independência. Mas ainda havia tempo para mais uma novidade: pela primeira vez foram utilizados gráficos nas publicações censitárias. Isso facilitou a interpretação dos números e a entendimento das análises. E é por isso que são usados gráficos até hoje. Ao fim do Censo, os custos totais foram divulgados. E apesar da grande preocupação da imprensa com os gastos exagerados, ficou claro que o orçamento ficou sob controle, inclusive bem mais barato do que os Censos argentino e americano. Ainda bem, né?

E o mais importante de tudo: foi um Censo bem feito, com números confiáveis, capaz de redimir os fracassos anteriores.

Para esse sucesso, contou muito a realização do Censo da cidade do Rio de Janeiro, pela Prefeitura de Pereira Passos em 1906. Ele só aconteceu porque o de 1900 falhou e através dele o aprendizado necessário para o Censo de 1920 foi conquistado.

Você quer saber um pouquinho mais sobre esse censo da cidade do Rio de Janeiro? Esse trabalho foi essencial para o censo de 1920. O Pesquisador do IBGE Nelson Senra vai nos contar:

“Na pesquisa de 1906, que foi só no Distrito Federal, ao tempo do prefeito Pereira Passos, aqui no Rio, ele usou de um direito que ele tinha como prefeito da cidade. Ele mandou fazer um censo no Distrito Federal porque, sem o censo de 1900, que foi suspenso exatamente pelos resultados do Distrito Federal, o Distrito Federal ficou sem conhecer nada de si. O Brasil também. O Brasil estava pulado de 1890 para 1900, com pouquíssimas informações. Na verdade, nós chegamos em 1920 tendo informação nacional apenas de 1872. Vejam que loucura! O único censo que nós tínhamos era de 1872, que falava do país inteiro. Nós vamos ter uma renovação dessa informação só em 1920. O Distrito Federal, por outro lado, ele faz um censo. A beleza desse censo é que pela primeira vez nós vamos usar a

cartografia. Pela primeira vez nós vamos usar a propaganda. Pela primeira vez nós vamos usar a ordem de sigilo. O sigilo será dito garantido e será dito à população que ao final os questionários serão incendiados no pátio da prefeitura e eles o serão. A divulgação do censo, pela primeira vez será feita através de diagramas. Diagramas que mostram por figuras como a população cresce, a doença cresce, os divórcios crescem, através de figurações que são muito intuitivas para a população. Esse censo foi divulgado de uma forma lindíssima. Outra coisa importante é que quem organizou esse censo para o prefeito Pereira Passos se chamava Aureliano Portugal. O importante é que ele era um demógrafo. Os demógrafos na época, se chamavam demógrafos sanitaristas ou demografistas. Eram os primeiros profissionais com capacidade de manusear números. Só depois vão vir os economistas. Junto com Aureliano Portugal estava Bulhões Carvalho. Bulhões Carvalho será convidado logo em seguida, no governo Afonso Pena, a assumir a Diretoria Geral de Estatística, que é nacional e ele será o grande homem a revolucionar as estatísticas brasileiras.”

Pois é, além da sua importância para a cidade do Rio de Janeiro, essa pesquisa influenciou o recenseamento geral seguinte, que se aproveitou das suas experiências positivas.

Mas para você não dizer que eu só falei das coisas boas, vou te contar umas coisinhas:

O funcionamento da DGE, responsável pelos censos, seguia precário, sempre com recursos insuficientes e à beira da crise. A preocupação para o futuro, não era apenas com a realização dos recenseamentos, mas com a manutenção das pesquisas estatísticas no Brasil. A solução para os problemas da DGE não veio. E para ela foi o fim. Mas a história não terminou mal assim. Algum tempo depois veio o IBGE e, assim, estavam renovadas as esperanças. Eu te revelo esse futuro, no próximo episódio.

FIM DO EPISÓDIO [Música da época]

Oi, pessoal. Voltei para dizer que o material que serviu de base para a elaboração do roteiro pode ser encontrado na Biblioteca do IBGE. Incluindo a

publicação “História das Estatísticas Brasileiras”, de Nelson Senra, que foi base para muitos episódios do podcast Censos do Brasil.

Visite também o site da Memória IBGE. Lá você encontra muita coisa legal sobre a trajetória da Fundação ao longo do tempo.

Os links estarão na página do episódio.

O podcast Censos do Brasil é um oferecimento da Memória IBGE. Eu sou Fabio Carvalho e roteirizei, produzi e editei este episódio, com o apoio de Leandro Malavota e Vera Abrantes que me ajudaram com informações para a elaboração do roteiro.

[Música instrumental]